

Trabalhadores urbanos, livres e qualificados no movimento abolicionista da província do Amazonas (1870-1884)

Marcos Lucas Abreu Braga

Mestre em História pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar a participação dos trabalhadores urbanos, livres e qualificados no movimento pelo fim do trabalho escravo na província do Amazonas. Para tal, além da bibliografia referente às temáticas, foram consultados jornais da imprensa de maior circulação, tais como o *Amazonas*, o *Jornal do Amazonas* e o *Comercio do Amazonas*, para avaliar o grau de participação dos trabalhadores urbanos e livres de Manaus, em especial os pertencentes às organizações de trabalhadores qualificados, nos movimentos em prol da extinção do trabalho escravo na província. Foram levantadas hipóteses para explicar o engajamento tão intenso desses trabalhadores na campanha libertária e se discutiu como a participação no movimento pela libertação dos escravizados proporcionou vivências e experiências que contribuíram para a formação do movimento operário nos anos posteriores.

Palavras-chave Trabalhadores livres – Movimento abolicionista – Movimento operário.

Submissão

13/07/2024

Aprovação

04/11/2024

Publicação

08/03/2025

Urban, free, and skilled workers in the abolitionist movement of the province of Amazonas (1870-1884)

Abstract

This article aims to analyze the participation of free and qualified urban workers in the movement to end slave labor in the province of Amazonas. To this end, in addition to the bibliography relating to the themes, newspapers from the press with the largest circulation were consulted, such as Amazonas, Jornal do Amazonas and Comercio do Amazonas, to assess the degree of participation of urban and free workers in Manaus, especially those belonging to organizations of qualified workers, in movements in favor of the extinction of slave labor in the province. Hypotheses were raised to explain the intense engagement of these workers in the liberation campaign and it will be discussed how participation in the movement for the liberation of enslaved people provided experiences that contributed to the formation of the labor movement in later years.

Keywords Free workers – Abolitionist movement – Labor movement.

Trabajadores urbanos, libres y calificados en el movimiento abolicionista de la provincia de Amazonas (1870-1884)

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar la participación de trabajadores urbanos libres y calificados en el movimiento para acabar con el trabajo esclavo en la provincia de Amazonas. Para ello, además de la bibliografía relativa a los temas, se consultaron periódicos de la prensa de mayor circulación, como Amazonas, Jornal do Amazonas y Comercio do Amazonas, para evaluar el grado de participación de los trabajadores urbanos y libres en Manaus, especialmente los pertenecientes a organizaciones de trabajadores calificados, en movimientos a favor de la extinción del trabajo esclavo en la provincia. Se plantearon hipótesis para explicar el intenso compromiso de estos trabajadores en la campaña de liberación y se discutirá cómo la participación en el movimiento para la liberación de los esclavos proporcionó experiencias que contribuyeron a la formación del movimiento obrero en años posteriores.

Palabras clave Trabajadores libres – Movimiento abolicionista – Movimiento laboral.

Considerações iniciais

Ao longo das décadas de 1870 e 1880, começou a surgir na então província do Amazonas, mais especificamente em sua capital, Manaus, uma série de organizações criadas e mantidas por trabalhadores urbanos, livres e qualificados, denominados na época como *artistas* ou *artífices*, tais como o *Ateneu das Artes* (1869-1879), a *Sociedade Beneficente Artística Nacional* (1880-?) e a *Sociedade Montepio de Socorro dos Artistas* (1883-?). Elas congregavam tanto trabalhadores assalariados quanto pequenos proprietários das oficinas artesanais, tendo como objetivo central a mutualidade e a beneficência, prestando auxílios pecuniários aos seus sócios em casos de doenças, desemprego ou dificuldades financeiras, além de organizarem seus funerais e fundarem instituições educacionais direcionadas aos filhos dos seus associados. Elas se configuraram enquanto expressões da emergência de uma identidade coletiva enquanto trabalhadores, assumida por uma parcela deste segmento social.¹

Embora não se tenha tido acesso aos seus estatutos, é factível presumir que eles vedavam quaisquer formas de atuação política-institucional, já que este tipo de atividade era vetada à essas organizações pela lei n.º 1.083 de 22 de agosto de 1860 e pelo decreto n.º 2.711, de 19 de dezembro de 1860, que regularizavam associações civis de caráter diverso, incluindo as sociedades mutualistas e beneficentes.² Esses – quase certos – entraves estatutários, no entanto, não impediram que essas organizações, ou pelo menos alguns dos indivíduos que as dirigiam e compunham, se envolvessem em assuntos eminentemente políticos, como os debates acerca da abolição da escravidão no Brasil e da adoção do sistema republicano em detrimento do monárquico.

O presente artigo tem como objetivo analisar a intersecção das atividades desses trabalhadores que participavam dessas associações e um debate que tomou conta das ruas, teatros, portos, cafés, oficinas, redações de jornais, tribunas de debates parlamentares e tipografias de todo o Império do Brasil pelo menos desde o final da década de 1860, o movimento pelo fim do trabalho escravizado.³

1 BRAGA, M. L. “Homens do trabalho, filhos do povo” — os artistas manauaras entre as décadas de 1870-1880: organizações e manifestações coletivas. *Manduarisawa*, v. 5, n. 1, p. 351-375, 2021.

2 LACERDA, D. P. “Mutualismo, trabalho e política: a seção império do conselho de estado e a organização dos trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro (1860-1882)”. MAC CORD, M.; BATALHA, C. H. de M. (Org.). *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas: Editora Unicamp, 2014. p. 84-90.

Para tal, além do diálogo com a bibliografia referente às temáticas, foram consultados jornais da imprensa amazonense, como o periódico *Amazonas*, o *Jornal do Amazonas* e o *Comercio do Amazonas*, para avaliar o grau de participação destes sujeitos nos movimentos em prol da extinção do trabalho escravo na província. Foram levantadas algumas hipóteses que buscam explicar os motivos dessa participação e foi feita uma discussão sobre como essa participação proporcionou vivências e experiências que contribuíram para a formação do movimento operário amazonense nos anos posteriores.

Gênesis interligadas: o *Ateneu das Artes* e a *Sociedade Emancipadora Amazonense*

Nas décadas finais da escravatura, a província do Amazonas era a unidade do Império que possuía o menor número de escravizados negros: o censo de 1872 computou 979, embora esse número tenha crescido ligeiramente nos anos seguintes, principalmente a partir da compra de cativos do Ceará, sendo estimado em pouco mais de 1.500 em 1884. Ao mesmo tempo, emergiu na província um forte movimento emancipacionista, que adotou meios gradualistas e legalistas como a pressão por meio da imprensa para gerar a condenação moral da escravidão na opinião pública, a tentativa de convencer os senhores a alforriarem seus cativos sem ônus e a coleta de fundos para manumissão dos escravizados. Esses fatores contribuíram para que a abolição formal da escravidão fosse alcançada na província nortista em 1884, junto cerca de três meses depois do Ceará e quatro anos antes da Lei Áurea.⁴

A primeira entidade abolicionista em atividade no Amazonas que se tem conhecimento foi a *Sociedade Emancipadora Amazonense*, fundada em princípios de 1870. Desde os primórdios, as organizações dos trabalhadores urbanos, livres e qualificados manauaras e o movimento pela abolição da escravidão estiveram intimamente ligados, já que a *Emancipadora Amazonense* surgiu no interior do *Ateneu das Artes*. Arthur Reis, abordando sua fundação, já havia anotado que:

O dr. Augusto Elísio de Castro Fonseca, juiz de direito da Comarca de Manaus, com alguns amigos planejou, no Ateneu de Artes [sic], a organização de um centro que tivesse

3 ALONSO, A. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2015.

4 Acerca do movimento abolicionista no Amazonas, ver: POZZA NETO, P. *Ave Libertas: ações emancipacionistas no Amazonas imperial*. Jundiá: Paco Editorial, 2021.

por fim manumitir o maior número possível de escravos, concorrendo assim para auxiliar o governo da Província no empenho de acabar com a escravidão no Império.⁵

O periódico *Amazonas* relatou, ao noticiar as festividades do primeiro aniversário do *Ateneu*, que ao fim das comemorações surgiu a “[...] a iluminosa ideia de emancipação de escravos que pelo ilustrado dr. Augusto Elysio, foi também demonstrada, em seguida às palavras do autor da ideia, e que muitas vezes teve de ser interrompido pelos mais frenéticos aplausos”.⁶ O “autor da ideia”, como se verá adiante, foi o orador do *Ateneu* e os “frenéticos aplausos” dos presentes, em sua maioria sócios da organização, são indicativos da boa aceitação da ideia do fim da escravidão entre os artífices ligados ao *Ateneu* presentes na ocasião, naquilo que pode ter sido uma das primeiras manifestações públicas coletivas em prol da libertação na província do Amazonas.

J. B. de Farias e Souza, em um dos primeiros balanços históricos acerca do movimento abolicionista no Amazonas, reproduziu integralmente alguns documentos referentes ao processo de organização da *Emancipadora*. Em um convite para a reunião de articulação da associação, publicado pela imprensa e reproduzido por Farias e Souza, é possível ler que:

Conforme foi anunciada pelo orador do Atheneu das Artes a respeito da grandiosa ideia de emancipação de escravos nesta Província, como um complemento à caridade que essa sociedade reparte por entre os seus sócios e que depois fora cabalmente desenvolvida pelo dr. Augusto Elysio e Fonseca Bernal, terá lugar hoje [...] no Paço da Câmara Municipal, a reunião afim de se tratar das bases em que deve se formar essa ideia.⁷ [grifo nosso].

A sociedade emancipacionista era vista como um “complemento” à atuação da sociedade beneficente dos trabalhadores, embora pretendendo atingir um número maior de pessoas já que o convite foi direcionado não apenas “a todos os generosos artistas sócios do *Ateneu das Artes*, mas a todos em geral, pobres e ricos, nacionais e estrangeiros”. Já na notícia que descrevia a reunião, também transcrita por Farias e Souza, foi exposto que os presentes deliberaram que “o número de associados [seria] sem limites, suas contribuições muito módicas, e podendo ser eles de todas as classes e

5 REIS, A. C. F. *História do Amazonas*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989. p. 234.

6 *Amazonas*, Manaus, n. 208, 9 de janeiro de 1870. p. 2-3.

7 SOUZA, J. B. F. “Ao Amazonas cabe glória dos primeiros movimentos abolicionistas”. *Diário Oficial*, Manaus, n. 8325, 1922. p. 94308. Expressamos nosso agradecimento à equipe do Arquivo Público do Estado do Amazonas (APEAM) por franquear o acesso a este documento.

nacionalidades”. O estabelecimento de *contribuições módicas* reforça a ideia de que seus organizadores pretendiam incluir pessoas das classes subalternas em suas fileiras o que foi efetivado já que seus estatutos, também transcritos por Farias e Souza, estabelecia a mensalidade de quinhentos réis a quem quisesse se associar.

O periódico abolicionista *Correio Nacional*, que circulava na Corte, publicou uma descrição detalhada da fundação da *Sociedade Emancipadora Amazonense*, onde foi relatado que:

Em seis de janeiro deste ano, na sociedade «Ateneu das Artes,» que festejava o seu aniversário, o sr. dr. Elísio iniciou a ideia de uma sociedade de emancipação, no que foi entusiástica e geralmente aplaudido e cinquenta e nove dias depois era esta sociedade [a *Emancipadora Amazonense*] instalada, dando liberdade a quatro inocentes que jaziam em cativeiro, concorrendo para isto os sócios que quiseram, com as quantias que lhes pareceu.⁸

Na ocasião, se fizeram presentes representantes de “todas as classes” e dentre os oradores esteve Antônio da Cunha Mendes⁹, representando o *Ateneu das Artes*, segundo o mesmo relato do jornal carioca. Os artífices locais deviam compor pelo menos uma parcela dos 273 sócios da *Emancipadora* levantados pelo presidente da entidade no relatório sobre seu primeiro ano de existência.¹⁰

Outro ponto de intersecção entre a sociedade artística e a emancipacionista foi a figura de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha – jornalista, político e intelectual que circulou entre Belém e Manaus, atuando na imprensa e na política por quase seis décadas.¹¹ Aranha foi um dos idealizadores e fundadores do *Ateneu*, lecionando na instituição educacional criada pela entidade artística – que, inclusive, funcionou na sua residência no primeiro ano de existência – bem como um dos fundadores e nomeado o 1º secretário da *Emancipadora Amazonense*.

8 “Transcrição”. *Correio Nacional*, Rio de Janeiro, n. 48, 14 de abril de 1870. p. 2.

9 Através dos periódicos que circularam na província do Amazonas disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, é possível traçar alguns aspectos da trajetória de Cunha Mendes, que foi um tipógrafo, escritor e proprietário de uma oficina tipográfica e do jornal *Amazonas*, de origem portuguesa, se estabeleceu no Amazonas no final da década de 1860, vivendo na província pelas décadas seguintes e ocupando o cargo de professor em diversas instituições educacionais, tanto na capital quanto no interior, entre o final da década de 1870 e o início da de 1880.

10 SOUZA, J. B. F. “Ao Amazonas cabe glória dos primeiros movimentos abolicionistas”. *Diário Oficial*, Manaus, n. 8325, 1922. p. 94310.

11 Sobre a trajetória de Aranha no Amazonas, ver: PINHEIRO, L. B. P. “Pelos sendas do tempo: trânsitos e tensões entre memória e história nos escritos de Bento Aranha”. *Tempos Históricos*, v. 27, n. 1, p. 35-73, 2023; PINHEIRO, L. B. P. “Abissínios, engrossadores e cogumelos: Bento Aranha e o republicanismo radical no extremo norte do Brasil, 1870-1910”. *Oficina do Historiador*, v. 14, n. 1, p. 1-18, 2023.

Na ocasião da recepção aos combatentes amazonenses que lutaram na guerra do Paraguai, em setembro de 1870, Bento Aranha, em nome do *Ateneu das Artes*, fez um discurso onde defendeu tanto a abolição da escravidão quanto a adoção do regime republicano no Brasil. Nessa fala, Aranha argumentou que se os ex-combatentes haviam “levado a liberdade a inóspitas e estrangeiras gentes”, cumpriria aos voluntários “a iniciativa da emancipação desses nossos irmãos, que trazem estampados na fronte o estigma da escravidão”. Ao final de seu discurso, Aranha teria dado vivas à Nação, à República e à Soberania do Povo, que foram substituídas pelo jornal que a transcreveu respectivamente por vivas à sua Majestade, ao Conde D’Eu e ao Exm. Dr. presidente da província, conforme seus relatos anos mais tarde.¹²

Como porta voz dos trabalhadores qualificados livres de Manaus, sua fala demonstra que, para além da beneficência e do auxílio pecuniário, o *Atheneu* era um espaço onde poderiam ser debatidos projetos alternativos para a sociedade brasileira em geral e amazonense em particular, tais como o fim do regime escravista e a adoção do sistema republicano. Tendo em vista o prestígio e desenvoltura de Bento Aranha no meio associativo dos artífices manauaras, é possível sugerir que estes compunham uma parte do eleitorado que elegeu o jornalista por sucessivas vezes como deputado provincial com um discurso abertamente abolicionista e republicano (Aranha venceu os pleitos de 1870-1871, 1878, 1880, 1882-1886 e 1888-1889).¹³

Tal hipótese é de difícil aferição, já que não é possível verificar quem votou e elegeu Aranha. No entanto, algumas evidências à reforçam: na lista de eleitores aptos ao voto no pleito de 1876, a mais ampla e detalhada publicada pela imprensa, constam mais de mil votantes, dentre os quais algumas dezenas com a atividade profissional indicada como “artista”, pedreiro, carpinteiro, sapateiro e outros trabalhos manuais.¹⁴ Essa presença indica que, apesar do critério censitário excluir a maior parte dos membros das classes populares, os trabalhadores com alguma qualificação não estavam completamente excluídos do processo político-eleitoral. Bento Aranha, aliás, não foi a única figura política abolicionista que poderia contar com o apoio e os votos desse segmento social.

No mesmo ano em que a lista de eleitores referida linhas acima foi publicada pela imprensa, cerca de vinte artistas se uniram para votarem em candidatos que

12 “Data memorável”. *Arquivo do Amazonas*, Manaus, n. 7, 23 outubro de 1907. p. 112-115.

13 PINHEIRO, L. B. P. “Abissínios, engrossadores e cogumelos: Bento Aranha e o republicanismo radical no extremo norte do Brasil, 1870-1910”. *Oficina do Historiador*, v. 14, n. 1, p. 1-18, 2023.

14 A lista dos cidadãos qualificados como votantes possui mais mil nomes e foi publicada no *Jornal do Amazonas*, entre as edições 124, de 24 de agosto, e 132, de 23 de setembro de 1876.

representassem seus interesses. Essa organização política efêmera, autodenominada *Clube Democrático*, chegou a lançar um manifesto pela imprensa e realizou algumas reuniões para as quais foram convidados os artistas e a mocidade da capital amazonense.¹⁵ Um dos organizadores deste “partido dos artistas”, como alcunhado posteriormente, foi Agostinho Rodrigues de Souza,¹⁶ lançado pela organização, ao lado do também abolicionista Saldanha Marinho, como um dos seus candidatos para ocupar uma vaga no Parlamento Nacional.

Anos antes, em 1868, enquanto ocupava o cargo de deputado na Assembleia Provincial, Agostinho Rodrigues apresentou uma emenda parlamentar ao orçamento da província para o ano seguinte que previa a quantia de 10:000\$000 (dez contos de réis) para a manumissão de escravizados, preferencialmente menores, cuja aprovação deu início às ações emancipacionistas governamentais no Amazonas.¹⁷

Na ocasião da fundação da *Sociedade Emancipadora Amazonense*, “[...] sr. Agostinho Rodrigues de Souza encerrou a festa com um belo improviso, no qual mostrou-se digno amigo da democracia e amigo da liberdade”.¹⁸ Embora tenha sido eleito como membro da primeira mesa diretora da *Emancipacionista Amazonense*, recusou o cargo; no entanto, dois anos depois ele fez parte de sua comissão de tomada de contas.¹⁹ Em sua atuação como advogado, foi em mais de uma ocasião nomeado curador de réus escravizados.²⁰

Alguns anos após a experiência do efêmero “partido dos artistas”, Agostinho Rodrigues esteve novamente envolvido na fundação de uma associação que pretendia organizar os artífices manauaras, a *Sociedade Beneficente Artística Nacional*. Foi o

15 BRAGA, M. L. “Homens do trabalho, filhos do povo” – os artistas manauaras entre as décadas de 1870-1880: organizações e manifestações coletivas. *Manduarisawa*, v. 5, n. 1, p. 351-375, 2021.

16 Nascido em 1832, fez parte da *Ordem de São Francisco*, sendo posteriormente secularizado. Ocupou diversos cargos públicos, como inspetor do Tesouro Público, diretor geral da Instrução Pública e, por muitos anos, professor de Filosofia do *Liceu Provincial*. Entre o final da década de 1870 e parte da de 1880, também ocupou o posto de vice-cônsul da Espanha em Manaus. Politicamente, esteve ligado ao *Partido Liberal* ao longo da década de 1870, chegando a fazer parte de seu diretório em mais de uma ocasião. No entanto, a partir de 1879 se desentendeu com os liberais, sofrendo diversos ataques através do porta-voz do partido, o periódico *Amazonas*, pelos dois anos seguintes. Junto a Bento Aranha e a outros dissidentes liberais, se organizou no *Partido Liberal Histórico*, chegando a lançar uma chapa na eleição legislativa de 1881. Além de abolicionista, também foi um ativo propagandista republicano. Ver: “Bento Aranha”. *Amazonas*, Manaus, n. 286, 6 de junho de 1879. p. 2.

17 POZZA NETO, P. *Ave Libertas: ações emancipacionistas no Amazonas imperial*. Jundiaí: Paco Editorial, 2021. p. 163.

18 “Transcrição”. *Correio Nacional*, Rio de Janeiro, n. 48, 14 de abril de 1870. p. 2.

19 SOUZA, J. B. F. “Ao Amazonas cabe glória dos primeiros movimentos abolicionistas”. *Diário Oficial*, Manaus, n. 8325, 1922. p. 94308-94310.

20 Em 1866, defendeu a escrava Paula; já em 1876, defendeu o escravo Jacintho da acusação de incurso do artigo 205 do código criminal. Ver: “Noticiário”. *A Voz do Amazonas*, Manaus, n. 8, 10 de novembro de 1866, p. 1; “Noticiário”. *Jornal do Amazonas*, Manaus, n. 81, 3 de março de 1876. p. 2.

periódico do *Partido Liberal* que revelou o envolvimento de Rodrigues nesta organização, ao publicar a carta de um leitor sobre a fundação da entidade em que expunha suas suspeitas quanto às reais intenções. O autor da carta chamou atenção para o fato de que a nova entidade só aceitaria sócios de origem nacional — logo, somente potenciais votantes e eleitores — sugerindo “fins ocultos” (subtende-se político eleitorais), lembrando da experiência do “partido dos artistas” anos antes, além de salientar o republicanismo de Rodrigues.²¹

Possivelmente, o envolvimento com a *Artística Nacional* foi outra tentativa feita por Agostinho Rodrigues de estabelecer uma base de apoio político-eleitoral entre os artífices locais. Sua atuação como abolicionista pode ter sido usada como argumento para esse fim, bem como um dos fatores que atraíram alguma simpatia deste segmento social a seu favor.

Seja como for, a primeira associação mutualista dos trabalhadores urbanos livres de Manaus e a primeira organização abolicionista do Amazonas estiveram intimamente ligadas, sendo a segunda uma derivação da primeira e ambas compartilhando muitos quadros diretivos, muito embora a segunda tivesse um caráter pluriclassista. Alguns de seus membros se destacaram politicamente como defensores da libertação na assembleia provincial, provavelmente contando com votos dos “artistas”.

É significativo que Bento Aranha, em artigo publicado algumas décadas depois, no estado vizinho, relembrou sua vida política até então e criticando os chefes dos antigos partidos *Liberal* e *Conservador*, tenha classificado o *Ateneu* como uma organização abolicionista. Dentre os feitos elencados por Aranha na capital da província do Amazonas, ele rememora: “Montamos a imprensa republicana, ali onde expomos às vindictas dos chefes conservadores por causa das associações libertadoras de escravos «15 de Agosto», «Atheneu das Artes» «Emancipadora Amazonense»”.²²

A *Emancipadora Amazonense* cessou suas atividades em 1873, após libertar algumas dezenas de escravizados; já o *Ateneu das Artes* foi dissolvido em 1879. Apesar do término de ambas as sociedades, a relação entre as associações mutualistas dos trabalhadores livres, urbanos e qualificados de Manaus com o movimento abolicionista se intensificou nos anos posteriores.

21 TATIO. “Sociedade Artística Nacional”. *Amazonas*, Manaus, n. 385, 8 de fevereiro de 1880. p. 4.

22 ARANHA, B. “Salve, Amazonas”. *Correio Paraense*, Belém, n. 249, 4 de março de 1893. p. 1.

Trabalhadores livres na campanha emancipacionista de 1884

Na primeira metade da década de 1880, o movimento emancipacionista recrudescceu rapidamente na província do Amazonas, mobilizando diversos segmentos sociais, como estudantes das escolas primárias e secundárias de Manaus, profissionais liberais, funcionários públicos, militares, membros do clero, intelectuais e até mesmo segmentos das elites econômica e política – com a presença muito forte de mulheres desta camada social²³ – com o objetivo de extinguir o trabalho escravo na região. Com as notícias sobre a província do Ceará, que aboliu formalmente a escravidão em 25 de março de 1884, esse movimento ganhou força nos meses seguintes, culminando com a libertação formal da província do Amazonas em 10 de julho daquele ano.

Nesse meio tempo, surgiram várias organizações civis que tinham como intuito a manumissão dos escravizados, fosse pelo convencimento dos senhores a alforriar seus cativos sem ônus, fosse pela compra das cartas de alforria. À *Sociedade Libertadora Cearense*, em atividade desde 1881, vieram se somar diversas outras que começaram a pipocar entre abril e junho de 1884, como a *Comissão Central Abolicionista do Amazonas*, a *Sociedade Abolicionista 1º de Janeiro*, a *Sociedade Amazonense Libertadoras*, a *Sociedade Cruzada Libertadora*, o *Club Escolar Abolicionista*, o *Club Juvenil Emancipador*, todas na capital da província; o movimento acabou se espalhando para os municípios, vilas e freguesias do interior, com a fundação da *Sociedade Abolicionista de Manicoré*, da *Sociedade Abolicionista Itacoatiarense 11 de Junho*,²⁴ da *Associação Libertadora Codajense*²⁵ e do *Club Abolicionista Manacapuruense*, dentre outras.

Essas associações se utilizaram de diversas táticas para fazer a propaganda da causa abolicionista, tais como a encenação de peças teatrais; a realização de palestras e conferências cujas temáticas eram os horrores da escravidão e a luta pela liberdade dos escravizados; a publicação de jornais, tais como o *Abolicionista Amazonense* e o *Ave Libertas*, ambos vindo a lume em 1884, bem como o uso da grande imprensa; a realização de coletas, saraus, bazares e leilões com o intuito de arrecadar fundos para a manumissão dos cativos.

Naquele momento, os artífices manauaras estavam organizados entre a *Sociedade Beneficente Artística Nacional*, fundada em 1880, e a *Monte Pio de Socorro dos*

23 MENEZES, B. S. de. As mulheres e o movimento abolicionista no Amazonas provincial. *Anais do VII Simpósio Nacional de História Cultural. História Cultural: escritas, circulação, leituras e recepções*. Universidade de São Paulo, v. 10, 2014.

24 POZZA NETO, P. *Ave Libertas: ações emancipacionistas no Amazonas imperial*. Jundiá: Paco Editorial, 2021. p. 162-193.

25 “A idéia caminha”. *Amazonas*, Manaus, n. 1015, 14 de maio de 1884. p. 2.

Artistas, criada em 1883. Ambas aderiram à campanha libertária: em meados de maio de 1884 o *Circo Uruguayo* promoveu um espetáculo em nome da *Sociedade Montepio de Socorro dos Artistas*, cujo produto seria aplicado na libertação dos escravizados da província.²⁶ Dias depois, tanto a *Montepio dos Artistas* quanto a *Sociedade Artística Nacional* enviaram comissões para representá-las no congresso abolicionista reunido no Paço Municipal, junto aos delegados das sociedades abolicionistas e à representantes da imprensa local, onde foi estabelecida a meta de acabar com a escravidão na cidade de Manaus até o dia 24 de maio e onde foram escolhidas as comissões que iriam atuar neste sentido em cada distrito da cidade.²⁷

As duas associações também compartilharam muitos dos seus quadros dirigentes com as organizações abolicionistas e emancipacionistas que pipocavam naqueles anos, conforme pode ser percebido a partir do cruzamento dos nomes dos integrantes de suas diretorias²⁸ com os das diretorias das associações emancipacionistas.²⁹

O ferreiro Leopoldo Adelino de Carvalho, eleito ou indicado sucessivas vezes como presidente da *Sociedade Beneficente Artística Nacional* ao longo de toda a década de 1880, foi um dos fundadores e diretores da *Sociedade Libertadora 25 de Março*. Os tipógrafos Manuel José Zuany de Azevedo, eleito secretário do *Atheneu das Artes* em 1872 e presidente do *Montepio de Socorro dos Artistas* em 1884, e Antônio Fernandes Bugalho, eleito para a comissão de contas da *Artística Nacional* em 1884, foram ambos membros fundadores e diretores da *Comissão Central Abolicionista Amazonense*.

Antigos membros do *Atheneu das Artes* também estiveram envolvidos com as sociedades emancipacionistas que surgiram nas vésperas da abolição provincial: Antônio de Souza Chaves, eleito seu tesoureiro em 1872, foi um dos diretores da *Sociedade Emancipadora Amazonense* no mesmo ano e tesoureiro da *Sociedade Abolicionista 1º de Janeiro* em 1884. Gregório José de Moraes, tipógrafo e proprietário de uma oficina tipográfica, foi um dos diretores da *Emancipadora Amazonense* em 1873 e escolhido pelos membros da comissão da loja maçônica *Esperança e Porvir* como seu

26 “Benefício”. *Amazonas*, Manaus, n. 1015, 14 de maio de 1884. p. 3.

27 “Congresso Abolicionista”. *Amazonas*, Manaus, n. 1016, 16 de maio de 1884. p. 3.

28 A imprensa eventualmente noticiou as eleições dessas entidades, divulgando seus resultados. Algumas diretorias destas sociedades podem ser conferidas em: “parte não oficial”. *Boletim Oficial*, Manaus, n. 3, 24 de dezembro de 1872. p. 3; “Anúncios”. *Amazonas*, Manaus, n. 772, 20 de setembro de 1882. p. 3; “Noticiário”. *Jornal do Amazonas*, Manaus, n. 850, 20 de setembro de 1883. p. 2; “Sociedade Beneficente Artística Nacional”. *Jornal do Amazonas*, Manaus, n. 1298, 16 de novembro de 1886. p. 4. *ALMANACH administrativo, histórico, estatístico e mercantil da Província do Amazonas*. Manaus: Typographia do Amazonas, 1884. p. 179-178.

29 Pozza Neto traz como anexo em seu trabalho uma lista de membros das diretorias de várias sociedades emancipacionistas amazonenses. POZZA NETO, P. *Ave Libertas: ações emancipacionistas no Amazonas imperial*. Jundiá: Paco Editorial, 2021. p. 255-257.

representante para prestigiar a fundação da *Sociedade Libertadora 25 de Março*, em 1884; entre uma atividade e outra, foi tesoureiro da última diretoria do *Ateneu*.³⁰ José Carneiro dos Santos, também tipógrafo e proprietário de uma oficina tipográfica, foi secretário do *Ateneu* em 1879³¹ e ocupou o cargo de 2º secretário da *Comissão Central Abolicionista Amazonense* em 1884.

Nos estertores do regime escravista no Amazonas, o presidente da província nomeou os membros das diversas “comissões libertadoras” de segmentos sociais e profissionais, tais como funcionários públicos, militares, eclesiásticos e advogados, para auxiliarem nos esforços de pôr fim ao regime escravista na província, conforme previsto pelo artigo 24 do regulamento n.º 50 de 1º de maio de 1884. Cada comissão possuía três membros e elas tinham como objetivo ajudar a administrar o fundo de emancipação aprovado pelo governo provincial, buscando através de “todos os esforços legítimos” conseguir o menor preço possível para cada escravizado que fosse alforriado pelos recursos do fundo.³²

Diversos segmentos dos trabalhadores urbanos tiveram suas comissões específicas: entre os “artistas”, foram formadas duas comissões, uma composta por Leonardo Antônio Malcher, João Carlos da Silva Jatahy e José Cardoso Ramalho; outra por Leopoldo Adelino de Carvalho, Paulo Cameller e João Diniz Gonçalves Pinto. Entre os tipógrafos, foram três: a primeira composta por José Carneiro dos Santos, Manoel José Zuany de Azevedo e Antônio Fernandes Bugalho (os três proprietários de oficinas tipográficas); a segunda por Augusto Sérvulo Lopes Alves, Manoel Conceição de Oliveira e Hildebrando Luiz Antony; e a terceira por Martiniano de Miranda Leão, Tibúrcio Benjamin da Silva e Manuel Clarismundo do Nascimento. Entre os alfaiates, a comissão foi composta por Antônio Francisco Affonso, João Salles de Oliveira e José Gomes do Amaral. Já a comissão dos barbeiros incluiu Raymundo José da Costa, Manuel C. da Trindade e Peregrino de Souza Brasil.

Entre os indivíduos que formara as comissões emancipadoras de categorias de trabalhadores manuais, foram localizados alguns que também compuseram os quadros da *Sociedade Beneficente Artística Nacional*. Além de nomes já assinalados anteriormente, pode-se citar o do tipógrafo Manuel Clarismundo do Nascimento, que em 1880 fez parte de uma comissão da *Artística* que nomeou o coronel José Clarindo de

30 “Atheneu das Artes”. *Amazonas*, Manaus, n. 287, 8 de junho de 1879. p. 3.

31 “Atheneu das Artes”. *Amazonas*, Manaus, n. 291, 20 de junho de 1879. p. 2.

32 O texto da lei foi publicado integralmente em: “Parte Oficial”. *Amazonas*, Manaus, n. 1011, 4 de maio de 1884. p. 1. Já a lista das diversas comissões e os nomes dos seus respectivos membros foi publicada em: “Noticiário”. *Amazonas*, Manaus, n. 1013, 9 de maio de 1884. p. 2 e “Noticiário”. *Amazonas*, Manaus, n. 1014, 11 de maio de 1884. p. 2.

Queirós como sócio benemérito;³³ o do barbeiro Raymundo José da Costa, eleito vice-presidente da associação artística em 1882; e o do alfaiate João Salles de Oliveira, eleito seu 1º secretário em 1883.

A comissão libertadora dos catraieiros foi formada por Bernardos Dias de Souza, Domingos Francisco de Sá e Antônio Faustino de Oliveira. Esta categoria profissional se distinguia das que se organizavam nas sociedades mutualistas citadas acima, pois não era “artística”, ou seja, não exerciam um labor considerado qualificado/especializado, embora alguns dos seus integrantes fossem, como aqueles, possuidores de seus instrumentos de trabalho (as pequenas embarcações, denominadas de “catraias”, que utilizavam para fazer o transporte entre os navios à vapor e a terra firme). Estes sujeitos se aproveitaram de sua importância estratégica na carga e descarga de mercadorias e pessoas no porto de Manaus para lutar contra o escravismo de outra forma, um tanto quanto mais radical, fechando os portos manauaras para a embarque ou desembarque de escravizados, muito influenciados pelos jangadeiros do Ceará, que fizeram o mesmo.³⁴

Grande número de membros desta categoria parece ter aderido à *Sociedade Libertadora 25 de Março*. No convite para a instalação formal desta sociedade, o jornal *Amazonas* anunciou que “o corpo dos catraieiros comparecerá uniformizado, confirmando assim sua adesão já manifestada àquela associação”.³⁵ Já na notícia da fundação da entidade, publicada pelo mesmo periódico alguns dias mais tarde, é possível ler que “assistira a festa o corpo de catraieiros, que foi cumprimentado pelo simpático orador sr. 1º tenente Policarpo”.³⁶

Os tipógrafos também se mobilizaram coletivamente em favor da causa abolicionista. Além de terem o maior número de comissões libertadoras entre os trabalhadores manuais e vários tipógrafos terem composto as organizações emancipacionistas, os trabalhadores gráficos do *Comércio do Amazonas* se reuniram, em 1884, para publicar a edição especial intitulada *Ave Libertas*, reunindo textos de diversas personalidades amazonenses, entre políticos, professores, intelectuais e profissionais liberais, como libelo da causa emancipacionista.

Anos mais tarde, quando da promulgação da *Lei Áurea*, eles se reuniram novamente na publicação especial intitulada *Imprensa Unida* para saudar o fim do

33 “Noticiário”. *Comércio do Amazonas*, Manaus, n. 129, 25 de maio de 1880. p. 2.

34 POZZA NETO, P. *Ave Libertas: ações emancipacionistas no Amazonas imperial*. Jundiá: Paco Editorial, 2021. p. 174.

35 “Libertadora 25 de Março”. *Amazonas*, Manaus, n. 1014, 11 de maio de 1884. p. 2.

36 “Noticiário”. *Amazonas*, Manaus, n. 1015, 14 de maio de 1884. p. 2.

regime escravista no restante do país.³⁷ Trinta e três tipógrafos, cinco impressores e dois tipógrafos-impressores assinaram o impresso, que congregou as equipes redacionais, editoriais e tipográficas dos jornais que circulavam na capital amazonense, incluindo nomes como de Martiniano de Miranda Leão e Tibúrcio Benjamim da Silva, que anos antes fizeram parte de uma das comissões dos tipógrafos para a libertação dos escravizados, apontados respectivamente como tipógrafo e impressor do *Jornal do Amazonas*, bem como Manoel José Zuany de Azevedo, dessa vez indicado como proprietário do jornal *O Artista*, porta-voz da *Montepio de Socorro dos Artistas*.

Da descrição à explicação: por que os trabalhadores manauaras apoiaram a abolição?

Como assinalado por Eric Hobsbawm, “durante a maior parte do passado, as pessoas geralmente eram iletradas. É muito mais comum inferirmos seus pensamentos a partir de suas ações”.³⁸ O autor inglês expõe um dos principais desafios para aqueles que fazem a “história vista de baixo” ou “história das pessoas comuns”, qual seja, a escassez das fontes primárias que permitam uma análise mais aprofundada acerca das ações desses sujeitos.

Neste sentido, embora os trabalhadores manauaras deste período não tenham deixado um vasto acervo de documentos escritos, como manifestos ou cartazes em prol da emancipação dos escravizados, onde expressassem de forma clara seu pensamento sobre o assunto — ou, se o fizeram, tais documentos não foram preservados — a presença de muitos deles nas diretorias das sociedades abolicionistas, o aplauso aos discursos libertários, a participação nos eventos em prol da libertação ou o voto no candidato que levantava a bandeira da liberdade são todas ações que sugerem a posição da maior parte desses sujeitos diante da questão.

Exercitando a imaginação histórica controlada, é possível sugerir que embora os livros de atas das sociedades mutualistas artísticas não tenham sido preservados e/ou encontrados, é plausível supor que a questão da abolição tenha sido discutida em algum momento em suas assembleias, fosse pela divulgação das sociedades abolicionistas que surgiam na cidade, fosse pela arrecadação de recursos destinados à manumissão de trabalhadores escravizados, ainda mais tendo em vista que muitos membros de suas diretorias também compunham as sociedades emancipacionistas.

37 *Imprensa Unida*, Manaus, Ed. Especial, 31 de maio de 1888.

38 HOBBSBAWM, E. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 222.

Assinalado o fenômeno histórico, o engajamento ativo dos trabalhadores urbanos, livres e qualificados no movimento abolicionista amazonense, passa-se à parte mais difícil do trabalho de pesquisa historiográfica: a busca da explicação, do(s) “porquê(s)” deste engajamento. Tendo em vista a já assinalada escassez de fontes primárias, dificilmente se pode encontrar respostas inequívocas e definitivas para a questão, embora algumas hipóteses possam ser levantadas para a discussão (muito mais levantadas do que comprovadas ou refutadas, já que é mais viável inferir do que aferir).

Edward Palmer Thompson seguiu uma linha parecida à de Hobsbawm em seu estudo acerca dos “Negros” nas florestas inglesas de Waltham e de Hampshire no início do século XVIII, que não deixaram nenhum manifesto, nenhuma apologia expressa ou nenhum depoimento substancial acerca de seus motivos; Thompson operou uma contextualização mais completa possível das sociedades dessas florestas para que, desse contexto e das ações daqueles sujeitos, pudesse deduzir os seus motivos.³⁹

Para buscar a resposta ao questionamento levantado, procuramos adotar um método parecido com a do historiador britânico — de forma menos extensa do que a obra citada, devido às limitações de espaço do artigo — fazendo uma rápida vista em alguns elementos do contexto social mais amplo que possam ajudar a explicar os porquês do engajamento dos artífices manauaras na causa libertária. Sugerimos três elementos que ajudam a explicar o engajamento desses artífices na causa emancipacionista: a busca por respeitabilidade social, uma solidariedade horizontal genuína com os escravizados devido à racialização dos mundos do trabalho locais e a busca pela valorização, simbólica e econômica, do trabalho manual.

Em primeiro lugar, apesar do segmento social ser apresentado como pobre, alguns de seus membros, sobretudo os mestres e proprietários das oficinas artesanais, possuíam possibilidades de ascensão social, econômica e até mesmo política. Neste sentido, o engajamento destes artesãos ao lado de outros segmentos sociais no movimento abolicionista também pode ser encarado como uma busca por distinção e respeitabilidade ou, no caso de alguns indivíduos, até mesmo como simbolização dessa ascensão. Uma prova de que eles poderiam estar ao lado das camadas mais altas da sociedade em uma causa “humanitária”.

Marcelo Mac Cord, estudando a atuação dos mestres artífices da construção civil na província de Pernambuco nesse mesmo período, apontou que, para além do socorro mútuo, as sociedades beneficentes artísticas também poderiam atuar como ferramentas na busca da ascensão e da respeitabilidade social. Nesse sentido, foram utilizadas várias

39 THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 62.

táticas, como o estabelecimento de redes de clientela com políticos dos partidos *Liberal* e *Conservador*, o que lhes trouxe vantagens, como a fundação e administração de escolas de formação profissional e a preferência no estabelecimento de contratos de construção com o governo provincial e das intendências municipais.⁴⁰ O estudo de Mac Cord ilumina um ponto importante da atuação desses sujeitos: a busca de mobilidade social.

Guardadas as devidas proporções, é possível sugerir que o movimento abolicionista acabou tendo uma função análoga. De fato, alguns dos nomes mais ativos no associativismo, tanto artístico quanto abolicionista, como os tipógrafos José Zuany de Azevedo, Antônio Fernandes Bugalho e o ferreiro Leopoldo Adelino de Carvalho, foram pequenos proprietários de oficinas artesanais, embora se identificassem enquanto trabalhadores e participassem ativamente das associações mutualistas artísticas. Além disso, alguns deles também pertenciam à maçonaria, espaço geralmente visto como elitizado.

Para além do sentimento humanitário e progressista, a presença deles naqueles meios poderia angariar lhes prestígio político e social. Zuany de Azevedo, além de fazer parte da *comissão libertadora* dos tipógrafos, compôs a comissão da secretaria da *Assembleia Provincial*, revelando algum grau de aproximação com as instâncias de poder. Além de Bento Aranha e Agostinho Rodrigues, outros nomes ligados ao abolicionismo e às sociedades mutualistas de trabalhadores, como Leonardo Antônio Malcher (um dos fundadores do *Atheneu das Artes*), Hildebrando Luiz Antony e João Diniz Gonçalves Pinto, citados linhas acima, assumiram cargos políticos, eleitos ou por indicação, nos anos posteriores.⁴¹ O engajamento nas sociedades mutualistas e na campanha abolicionista pode ter sido fundamental para que esses sujeitos ganhassem prestígio, o que favoreceu suas carreiras políticas.

Mas nem todos os trabalhadores que participaram do movimento abolicionista foram movidos por interesses individuais, a solidariedade horizontal com os escravizados também esteve muito presente. Um elemento fundamental para compreender esse engajamento, e a sociedade amazonense do período como um todo, foi o processo de racialização dos mundos do trabalho. Embora não se tenha encontrado nenhuma fonte que indicasse a cor/etnia de um bom número dos trabalhadores livres urbanos e as estimativas numéricas sejam quase impossíveis de

40 MAC CORD, M. *Artífices da cidadania: Mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

41 Malcher assumiu a intendência de Manaus entre 15 de março a 7 de abril de 1891; Antony entre 15 de setembro de 1898 a 5 de julho de 1899, sendo eleito anos mais tarde, já na República, deputado estadual. Tanto Malcher quanto João Diniz Gonçalves Pinto foram eleitos vereadores em mais de uma ocasião ao longo da década de 1880.

serem estabelecidas, grande parte dos trabalhadores amazonenses deste período era de origem negra ou indígena, conforme apontado por vários autores. Se não, vejamos.

Tenner Inauhiny Abreu já salientou o processo de racialização na formação dos mundos do trabalho no Amazonas ao longo do período imperial, destacando o caráter pluriétnico da população amazonense e a forte presença de negros libertos e indígenas em seus mundos do trabalho.⁴² Caio Giulliano Paião discutiu essa relação em um ramo específico dos mundos do trabalho amazônidas, o dos trabalhadores marítimos, indicando que os postos de comando, como capitães e pilotos, tendiam a ser ocupados por brancos ao passo que as atividades subalternizadas, como maquinistas, práticos e foguistas, em geral eram exercidas por negros ou descendentes de indígenas.⁴³

Já Patrícia Melo destacou que os internos do *Estabelecimento de Educandos e Artífices do Amazonas* — instituição educacional fundada pelo governo provincial em 1859 com objetivo de formar trabalhadores qualificados — eram em sua quase totalidade meninos de origem negra ou indígena.⁴⁴ Em outra oportunidade, a mesma autora destacou a forte presença de negros livres e indígena nos canteiros das obras públicas provinciais no Amazonas da segunda metade do oitocentos, exercendo ofícios especializados como os de carpinteiro e pedreiro.⁴⁵

Tendo isso em vista, é possível induzir que uma parte dos trabalhadores que compunham as sociedades beneficentes artísticas era de origem negra ou indígena. Alguns, pelo menos, foram formados no *Educandos*, ou podiam ter sido libertos, como indica os trabalhos de Ygor Cavalcante quanto Provino Pozza Neto. Em seus respectivos estudos, esses autores encontraram escravizados exercendo ofícios especializados, tais como sapateiros, alfaiates, ferreiros, tipógrafos, carpinteiros e pedreiros, tanto nos livros de matrícula para a emancipação da paróquia de Manaus em 1873 e 1875, quanto entre os alforriados e entre os anúncios de fugitivos que apareciam nos periódicos locais.⁴⁶

42 ABREU, T. I. de. *Nascidos no grêmio da sociedade: racialização e mestiçagem entre os trabalhadores na Província do Amazonas (1850-1889)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

43 PAIÃO, C. G. *Os lugares da marinhagem: trabalho e associativismo em Manaus, 1905-1919*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.

44 SAMPAIO, P. M. M. Educação, trabalho e diversidade étnica: Educandos Artífices e Africanos livres na Amazônia, século XIX. *Trajetórias da diversidade na Educação: formação, patrimônio e identidade*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2012. p. 19-50.

45 MELO, P. M. A. de. “Índios e africanos livres nas obras públicas, Manaus, século XIX”. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 13, p. 1-12, 2021.

46 CAVALCANTE, Y. O. R. *Uma Viva e Permanente Ameaça*. Belém: Paco Editorial, 2015. p. 64-65; 88; POZZA NETO, P. *Ave Libertas: ações emancipacionistas no Amazonas imperial*. Jundiaí: Paco Editorial, 2021. p. 34-35; 153.

Como o trabalho “artístico” era relativamente escasso em Manaus e no Amazonas, é bem possível que esses sujeitos tenham continuado a exercer, em liberdade, os ofícios que exerciam enquanto cativos. Sobre eles pesava o passado escravista, seja eles próprios tendo sido libertos ou descendentes de escravizados, no caso dos negros, ou sendo submetidos a alguma forma de trabalho compulsório, no caso dos indígenas. Uma parte dos artífices manauaras, portanto, tinham algum conhecimento da experiência do escravismo, conhecendo pessoas, talvez parentes, vizinhos, amigos ou conhecidos, senão eles mesmos, que foram submetidos a esse tipo de exploração do trabalho ou que conviviam rotineiramente nos espaços de trabalho ou de sociabilidade com escravizados ou libertos. Estas vivências podem ter influenciado no surgimento da solidariedade horizontal entre eles e os escravizados e o seu apoio à causa da emancipação.

Por fim, outro fator que pode ajudar a explicar a adesão decidida dos artífices locais à causa libertária foi a busca pela valorização do trabalho manual, que, desde a Colônia, era atribuição quase exclusiva dos escravizados e desvalorizado tanto em termos simbólicos quanto em termos econômicos. Conforme assinalado por Cláudio Batalha, grande parte das organizações de trabalhadores cariocas de meados ao final do século XIX apoiou o movimento abolicionista, com o discurso de “nobilitação” do trabalho manual.⁴⁷ O estigma que pesava sobre os ombros escravizados resvalava também sobre o dos trabalhadores livres, portanto acabar com o trabalho escravo era um passo importante para a valorização, econômica e simbólica, de suas próprias atividades laborais.

A percepção da desvalorização do trabalho manual foi expressa, mesmo após o fim da escravidão na província, em um dos raros documentos produzidos por esses sujeitos que foram preservados. No editorial do número 40 de *O Artista*, porta-voz *Montepio de Socorro dos Artistas*, é possível ler as seguintes linhas:

Incube a cada cidadão de qualquer país ser útil à pátria, a si e aos seus. Porque, pois, não se dar o devido apreço àquele que por meio do seu trabalho quotidiano, por meio de uma arte que adopta, contribui para a prosperidade geral de qualquer país?

É deste ponto bem considerado que chegamos a conhecer que são os artistas os verdadeiros promotores do bem público.

Em bem venha este raciocínio para sabermos que o operário no nosso país merece a consideração e a proteção assim do governo quanto do público em geral. É por meio das artes, é com o trabalho de cada operário que por um lado avança no caminho do progresso qualquer país no nosso globo.

47 BATALHA, C. H. M. “Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária”. *Cadernos AEL*, v. 6, n. 10/11, p. 41-67, 1999.

Quem nisto bem considerar há de notar que em uma sociedade bem-organizada não se deve pouca soma de prosperidade aos artistas, que são promotores de uma festa – a lei do trabalho! Ainda bem que isto se nos depara a fim de que saibam as diferentes classes da nossa sociedade que um artista merece pelo labor diário toda a consideração a que tem direito pelo seu trabalho útil.⁴⁸

Os repetidos apelos para que os artistas tivessem toda a “consideração e proteção” do governo e do público em geral pelo “seu trabalho útil” indicam que eles eram, ou pelo menos se sentiam, desvalorizados e as atividades que exerciam eram consideradas aviltantes. Abolir a escravidão poderia contribuir para esta valorização, tanto pela eliminação da concorrência do trabalho não remunerado quanto pelo enfraquecimento do estigma sobre o trabalho manual.

Sem ter pretendido esgotar o assunto, acreditamos que todas essas experiências contribuíram para a militância dos trabalhadores urbanos, livres e qualificados manauaras na luta pela conquista da igualdade jurídica formal para os trabalhadores escravizados. Esse engajamento na luta abolicionista, por seu turno, foi uma experiência que influenciou na formação das primeiras organizações operárias em Manaus — e não apenas nessa cidade — nos anos seguintes, como se verá a seguir.

O movimento abolicionista e a emergência do movimento operário em Manaus

Marcelo Badaró Mattos, estudando o contexto da cidade do Rio de Janeiro, procurou analisar como as experiências de trabalho e de vida compartilhadas entre trabalhadores escravizados e livres ao longo do século XIX fizeram com que estes dois grupos também compartilhassem formas de organização e de luta, gerando valores e expectativas comuns que influenciaram fortemente no processo posterior de formação da classe operária. Acompanhando a trajetória de algumas lideranças operárias — como o padeiro João de Mattos, o tipógrafo Luiz França e Silva, o professor Vicente Souza e o jornalista e advogado Evaristo de Moraes — que atuaram no movimento abolicionista e concomitante ou posteriormente se engajaram com as organizações operárias, Mattos conclui que é possível enxergar na militância abolicionista um caminho de acúmulo de experiências fundamentais para a formação da classe trabalhadora brasileira.⁴⁹

48 “O artista”. *O Artista*, Manaus, n. 40, 5 de janeiro de 1887. p. 1.

49 MATTOS, M. B. “Trajetórias entre fronteiras: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no rio de Janeiro”. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 1, n. 1, p. 51-64, 2009.

O imbricamento entre organizações de trabalhadores e os movimentos abolicionista e republicano lembra as considerações de Maria Helena Machado sobre a região sudeste (Rio de Janeiro, São Paulo e Santos). Lá o movimento abolicionista de extrato mais popular, que mobilizou a “arraia-miúda” e o “populacho”, “abriu espaço para a conformação dos movimentos sociais locais” e “tornou-se escola política de figuras que se projetaram nos princípios da República e primórdios do movimento operário”.⁵⁰ Felipe Azevedo Souza sugeriu algo parecido para o caso de Recife: acompanhando a trajetória da *Liga Operária Pernambucana* nos anos iniciais do período republicano o autor percebeu, a partir do método nominativo, que grande parte dos membros da diretoria desta organização também fizeram parte de sociedades mutualistas e beneficentes, irmandades religiosas e sociedades abolicionistas, destacando o papel de relevo dos trabalhadores qualificados e mestres de ofício neste processo.⁵¹

Em Belém do Pará, também foi verificada a participação de trabalhadores urbanos livres nas movimentações a favor da abolição. Dessa forma, esse segmento foi responsável pela fundação de sociedades libertadoras na capital paraense, tais como o *Club Artístico Abolicionista Paraense*, a *Comissão Artística Abolicionista Particular* e a *Sociedade Artística Abolicionista 30 de Março*, todas fundadas por volta de 1883; os tipógrafos do *A Província do Pará* fizeram circular o periódico *Abolicionista Paraense*, cujo produto das vendas foi aplicado na libertação de escravos e mesmo pequenos proprietários nomeavam seus estabelecimentos em homenagem ao movimento, a exemplo da barbearia *Abolicionista* e a taverna *Libertadora*. Aí também houve a presença de indivíduos que participaram tanto nas sociedades abolicionistas quanto nas organizações políticas e beneficentes de trabalhadores que estiveram em funcionamento no mesmo período e/ou posteriormente, como a *Liga Operária*, a *Imperial Sociedade Beneficente Artística Paraense*, a *Benemerita Sociedade Beneficente Mecânica Paraense* e o *Partido Operário Progressista do Pará*.⁵²

Guardadas as devidas proporções, os trabalhadores urbanos, livres e qualificados de Manaus seguiram o que parece ser uma tendência nacional de apoio à libertação dos escravizados. Alguns indivíduos e segmentos que participaram do movimento abolicionista no início da década de 1880 vão estar presentes nas organizações operárias do início da década seguinte, como os tipógrafos, que vão formar uma das primeiras

50 MACHADO, M. H. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994. p. 158-167.

51 SOUZA, F. A. “A blusa e a urna: metamorfoses do associativismo de trabalhadores em Pernambuco entre o Império e a República”. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 12, p. 1-18, 2020.

52 BEZERRA NETO, J. M. *Por todos os meios legítimos e legais: as lutas contra a escravidão e os limites da abolição (Brasil, Grão-Pará: 1850-1888)*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. p. 377-379; 393-405.

organizações classistas do Amazonas em 1892, a *União Tipográfica*, além de estarem ligados ao *Partido Operário* e aos primeiros jornais operários que circularam na capital amazonense, *Gutemberg* e *Operário*.⁵³ Alguns dos trabalhadores ligados à *União Tipográfica* eram veteranos do movimento abolicionista, como Hidelbrando Antony, que em 1893 foi eleito seu presidente.⁵⁴

Maria Luiza Pinheiro e Luís Balkar Pinheiro, estudando o processo de formação do movimento operário em Manaus, apontaram que o primeiro grupo político voltado para a mobilização dos trabalhadores emergiu no estado somente no início da década de 1890 com a fundação do *Partido Operário do Amazonas*. Nas palavras desses historiadores:

É difícil estabelecer com precisão os elementos aglutinadores que o formaram, ficando patente apenas o trânsito forte pela imprensa e uma atuação prévia no cenário político aberto por um republicanismo mais comprometido com as transformações sociais e com perspectivas de abertura democráticas.⁵⁵

O abolicionismo bem pode ter sido um desses elementos aglutinadores na formação desse grupo político, já que alguns de seus membros tiveram uma atuação na campanha libertadora, como o orador do partido, João Marques de Lemos Bastos, e seu presidente, João Diniz Gonçalves Pinto.

O primeiro foi um advogado e jornalista ligado ao *Partido Conservador*, mas com bom trânsito entre os republicanos.⁵⁶ Lemos Bastos, como era mais conhecido, assinou artigo pró-emancipação no *Ave Libertas* e seu nome consta entre os fundadores da *Sociedade Emancipacionista 1º de Janeiro*.⁵⁷ Ao longo das jornadas abolicionistas de 1884, proferiu diversos discursos e conferências, em espaços públicos e privados, acerca da e contra a escravidão. Anos depois, na ocasião da manifestação organizada pelo *Partido Operário* em agosto de 1892, em homenagem aos deportados para o Amazonas devido às lutas políticas no sudeste do país, “[...] do coreto mandado construir junto à residência dos festejados hóspedes, tomou a palavra, em nome do Partido Operário, o

53 PINHEIRO, L. B. P.; PINHEIRO, M. L. U. *Mundos do trabalho na cidade da borracha: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

54 “União Typographica”. *Amazonas*, Manaus, n. 91, 2 de maio de 1893. p. 2.

55 PINHEIRO, L. B. P.; PINHEIRO, M. L. U. *Mundos do trabalho na cidade da borracha: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930)*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2017. p. 89.

56 De fato, escreveu tanto para o *Jornal do Amazonas*, dos conservadores, quanto para o *Província do Amazonas*, do histórico militante republicano Bento Aranha.

57 “Estatuto da sociedade 1 de janeiro”. *Abolicionista do Amazonas*, Manaus, n. 4, 4 de maio de 1884. p. 3.

inteligente sr. Lemos Bastos que, com muita felicidade, saudou os patriotas anistiados e proferiu um vibrante discurso”.⁵⁸

João Gonçalves Diniz Pinto, por sua vez, foi o presidente do *Partido Operário do Amazonas*, e conforme apontado por Maria Pinheiro e Luís Pinheiro, passou por um inequívoco processo de ascensão socioeconômica, se tornando proprietário de embarcações, casas assobradadas e de uma funilaria. Parece, no entanto, ter tido origem no meio artístico, já que fez parte de uma das comissões libertadoras formadas entre os artistas, como visto anteriormente. Também foi um notório republicano desde bem antes da Proclamação da República.⁵⁹

A luta pela melhoria das condições de vida e trabalho dos operários formalmente livres — tanto negros quanto brancos — no pós-abolição parece ter sido uma extensão possível das lutas pela própria libertação dos trabalhadores escravizados, encetada nas décadas finais do regime monárquico, e as táticas e estratégias usadas para a primeira foram apropriadas para o uso na segunda. Com efeito, ao longo da campanha abolicionista, muitos trabalhadores urbanos podem ter participado pela primeira vez de *meetings*, passeatas, sessões, conferências, palestras, peças teatrais de cunho político, arrecadações de fundos, já que, conforme Ângela Alonso, o movimento abolicionista foi o primeiro movimento social moderno a usar essas táticas no Brasil.⁶⁰ Táticas que posteriormente, ou no mesmo momento, foram utilizadas pelos trabalhadores livres para defenderem seus interesses corporativos ou classistas.

Os catraieiros, por exemplo, devem ter tomado a decisão de fechar os portos manauaras ao tráfego de escravizados após se reunirem coletivamente — nas próprias margens dos trapiches ou em algum local próximo ao porto, como em um café, bar ou botequim — para discutir a questão, em algo muito parecido com uma assembleia. Talvez não por coincidência eles também tenham entabulado uma série de greves nos anos finais do século XIX, reivindicando aumento do preço de seus serviços ou a redução das taxas e impostos que lhes eram cobrados.⁶¹

Não é possível estabelecer uma linha reta entre o movimento abolicionista e o operário, mas alguns fios os interligam. Sem deixar de salientar as inovações trazidas pelo movimento operário à esfera pública, é necessário reconhecer que parte do saldo

58 “A manifestação do Partido Operário”. *Diário de Manaós*, Manaus. n. 44, 25 de agosto de 1892. p. 1.

59 Segundo a ata da fundação do *Clube Republicano do Amazonas*, publicada décadas depois, Gonçalves Pinto era adepto do republicanismo bem antes de ele ganhar força na província e, devido à ausência de uma organização republicana, encontrava-se filiada ao Partido Liberal, por onde foi eleito vereador de Manaus. ver: “A República no Amazonas II”. *Jornal do Comércio*, Manaus, n. 8735, 23 de junho de 1929. p. 1.

60 ALONSO, A. “O abolicionismo como movimento social”. *Novos Estudos Cebrap*, n. 100, p. 115-127, 2014.

61 PINHEIRO, L. B. P.; PINHEIRO, M. L. U. *Mundos do trabalho na cidade da borracha: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017. p. 79.

organizativo do movimento abolicionista foi apropriado pelas nascentes organizações dos trabalhadores livres.

Considerações finais

O presente trabalho pretendeu lançar luzes acerca de um aspecto da vida e da experiência dos membros de uma camada social da população amazonense: a participação ativa dos trabalhadores livres na vida política local, sobretudo nos debates acerca da abolição do regime escravista no Brasil e no Amazonas em particular. Nesse sentido, essa atuação política fez parte da experiência histórica desses sujeitos, tanto quanto as extensas horas de trabalho manual diário nas oficinas e manufaturas ou a devoção ao catolicismo nas missas de domingo e nas festas de santos.⁶²

Sob influência da interpretação thompsoniana, foi dada ênfase e centralidade à agência desses sujeitos, importante no processo tanto quanto fatores estruturantes que influenciaram na libertação do Amazonas, tais como a decadência geral da escravidão no resto do mundo, o reduzido número de escravizados na província devido à ausência de atividades econômicas que conferissem poder de compra aos senhores locais para adquirirem um número maior de cativos ou o aumento das rendas do estado devido à arrecadação de impostos sobre a exportação do látex, que então crescia muito rapidamente.⁶³

Isso não significa dizer que estes fatores estruturais não tiveram importância, mas sim que eles não explicam todo o processo: os recursos advindos da exportação do látex que foram aplicados pelo governo provincial na manumissão dos escravizados poderiam ter sido destinados à outras finalidades se não houvesse um movimento político e social tão forte desde o início da década anterior em favor do fim do trabalho cativo, do qual os trabalhos livres tiveram um papel ativo e intenso. Sem esse movimento, o Amazonas bem poderia ter abolido a escravidão somente em 1888, junto ao restante do país.

Ao longo da campanha abolicionista, estes sujeitos dividiram seu tempo entre a dura labuta em suas respectivas oficinas/manufaturas e as tarefas das associações

62 Ao longo do processo de pesquisa, foram encontradas diversas referências à atuação desses sujeitos nas organizações de festividades de alguns santos específicos, como São José e Nossa Senhora da Conceição. Apesar de potencialmente interessante para a avaliação histórica da experiência desses sujeitos, a análise não foi aprofundada nesta direção devido às limitações do recorte, embora esta temática possa receber a atenção em estudos futuros (seja do autor destas linhas ou de outros pesquisadores).

63 Acerca da discussão de Thompson acerca de experiência e estrutura, ver: THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria — ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

beneficentes e abolicionistas. Além dos nomes que se destacaram nas diretorias das organizações, estando presente em várias delas ao longo do tempo, como o ferreiro Leopoldo Adelino de Carvalho e o tipógrafo José Zuany de Azevedo, outros tantos colaboraram de formas mais discretas, como a — certamente modesta — contribuição financeira para a manumissão de trabalhadores escravizados, o voto nos candidatos que levantavam a bandeira da libertação ou o simples aplauso ou assobio ao discurso abolicionista.

Muitos deles estiveram presentes nas festividades dos dias 23, 24 e 25 de Maio, quando Manaus foi declarada cidade livre da escravidão, ou do 10 de Julho, quando a escravidão foi formalmente abolida em toda a província. Acompanhando os *meetings* e passeatas, soltando ou observando os fogos de artifícios que iluminavam aquelas noites, em êxtase de alegria devido ao aparente fim do odioso sistema escravista, junto a pessoas de outros estratos sociais.⁶⁴ Não temos evidências que atestem, mas podemos usar a imaginação histórica para sugerir que alguns deles se entusiasmaram e podem ter se atrasado às oficinas no dia seguinte, devido à ressaca.

Seja como for, nos anos finais do regime escravista, os trabalhadores negros escravizados no Amazonas — que entabulavam suas próprias táticas de luta, tais como fugas, compra da própria alforria ou o estabelecimento de relações de compadrio⁶⁵ — encontraram nos trabalhadores urbanos e livres apoiadores e aliados fundamentais em sua luta contra os senhores e o Estado imperial, em busca de liberdade, pelo fim da escravatura e pela conquista da igualdade jurídica formal.

Por outro lado, a organização política em prol da abolição pode ter proporcionado a esses trabalhadores vivências importantes que posteriormente foram utilizadas para a construção de seu repertório de táticas e formas de atuação na fundação das primeiras instituições classistas, como sociedades mutualistas e beneficentes, partidos e sindicatos.

De qualquer forma, o trabalho urbano dito livre e a escravidão não foram mundos tão distantes na experiência vivida desses trabalhadores nas décadas finais do século XIX e não podem ser encarados dessa forma nos estudos acerca deles, conforme vêm apontando vários autores.⁶⁶ O presente artigo foi uma tentativa de ajudar a construir uma ponte de ligação a partir dos estudos do trabalho dito livre. Se tiver colaborado,

64 Quando o presidente da província Teodoro Souto fez o anúncio formal da extinção da escravidão, em 10 de julho de 1884, foi assistido por uma multidão composta por “autoridades civis, militares e eclesiásticas (...) representantes de muitas outras corporações e associações, funcionários, comerciantes, industriais e artistas, membros de todas as classes da sociedade”. SOUZA, J. B. F. “Ao Amazonas cabe glória dos primeiros movimentos abolicionistas”. *Diário Oficial*, Manaus, n. 8325, 1922. p. 94322.

65 CAVALCANTE, Y. O. R. *Uma Viva e Permanente Ameaça*. Belém: Paco Editorial, 2015.

66 NASCIMENTO, Á. P. “Trabalhadores negros e o ‘paradigma da ausência’”. *Estudos Históricos*, v. 29, p. 607-626, 2016; NEGRO, A. L.; GOMES, F. “Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho”. *Tempo social*, v. 18, p. 217-240, 2006.

BRAGA • “Trabalhadores urbanos, livres e qualificados no movimento abolicionista da província do Amazonas (1870-1884)”

mesmo que minimamente, para a compreensão dos mundos do trabalho amazonense no final do século XIX, seu autor julgará que cumpriu seu objetivo.